



ANAIIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. XIII (2012)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Andrea Doré, *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia, São Paulo, Alameda, 2010, 329 pp. ISBN: 9788579390104*

Luís Filipe F. R. Thomaz 

Como Citar | How to Cite

Thomaz, Luís Filipe F. R. 2012. «Andrea Doré, *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia, São Paulo, Alameda, 2010, 329 pp. ISBN: 9788579390104*». *Anais de História de Além-Mar* XIII: 496-499. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37189>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2012. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2012. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

Andrea DORÉ, *Sitiados. Os cercos às fortalezas portuguesas na Índia*, São Paulo, Alameda, 2010, 329 pp. ISBN: 9788579390104.

Para um velho cultor dos estudos luso-asiáticos, é um recrescido prazer constatar o incremento, em quantidade e qualidade, que nos últimos anos tais estudos têm tido no Brasil. No que toca ao presente livro, cabe até perguntar se fora do Brasil poderia este tema ter sido abordado com a mesma sensibilidade.

Em Portugal, a gesta da presença portuguesa na Ásia suscitou grande interesse na segunda metade do século XIX e nos começos do XX; foi então que se publicaram fontes históricas tão importantes como as *Lendas da Índia* de Gaspar Correia e a imponente coletânea documental das *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, para apenas citar os dois exemplos mais salientes. No entanto, foi sobretudo a faceta heróica da expansão portuguesa no Índico que mereceu as atenções; afora a publicação de fontes, em boa hora inspirada pelo positivismo então em voga, o que na época se escreveu deixa bastas vezes ressumar um fervor nacionalista em princípio pouco compatível com o rigor objetivo da ciência histórica. É verdade que muitos autores – honra lhes seja – souberam separar as duas cousas: caso típico é o de Henrique Lopes de Mendonça, por um lado autor da letra do que é hoje o hino nacional português e de um drama histórico-patriótico, *Os Órfãos de Calecut*, por outro continuador de Raimundo António de Bulhão Pato, na publicação da documentação reunida nas já citadas *Cartas* de Albuquerque. Em Goa, que tinha ao tempo uma vida cultural muito mais pujante do que seria de esperar de um minúsculo território português encravado na Índia imensa, publicou-se também muita coisa; mas aí foi a história local o que mais prendeu as atenções, perdendo muitas vezes de vista a grande rede marítima portuguesa, que abraçava as costas do Índico, do cabo da Boa Esperança ao Japão, de que Goa era apenas um arrimo, e, do ponto de vista económico, não o principal.

Com a publicação da monumental tese de Vitorino Magalhães Godinho, *Os Descobrimientos e a Economia Mundial*, a perspetiva alargou-se subitamente, mas a atenção fixou-se, de uma forma quicá demasiado exclusiva, sobre o aspeto económico da empresa, até aí descurado. Foi só nos anos mais recentes que a história luso-oriental, impulsionada *inter alia* pelos sucessivos Seminários Internacionais de História Indo-Portuguesa, celebrados alternadamente na Índia e em Portugal, com uma digressão em 2000 pela Bahia, conheceu novos desenvolvimentos e principiou a refrescar a sua metodologia. Se os estudos de caso, material indispensável para futuras sínteses, começaram a abundar, como visão de conjunto apenas nos parece de citar a de Sanjay Subrahmanyam, publicada originalmente em inglês, mas logo traduzida em português e em francês.

O presente livro de Andréa Doré adota uma perspetiva assaz diferente, que por assim dizer se situa a meio caminho entre a história e a fenomenologia, e é sobretudo aí que reside a sua originalidade.

Adiantámos há pouco que nos parece difícil que fora do Brasil tivesse o tema sido versado com a mesma sensibilidade. É que em parte alguma senão no Brasil se sente experimentalmente o contraste entre uma expansão paulatina, por lenta infiltração num sertão de que o horizonte era quase o infinito, e o acanhado ambiente das praças de armas em que uma expansão célere e guerreira assentou a presença portuguesa no Oriente, estribou a sua rede mercantil e conseguiu, por vezes, o milagre de um arraigamento cultural, como sucedeu em Goa ou em Timor. Talvez que não pudesse ser de outro modo, numa Ásia, já nesse tempo, em franco contraste com a América, a roçar o limiar do superpovoamento. Difícilmente o poderia ter sido num oceano Índico que, desde o século XIV, se tornara na prática um lago muçulmano e de Sofala a Maluco jurava sobre o mesmo Alcorão, em que os recém-chegados por força que, além de concorrentes comerciais, haviam de ser olhados

como elemento perturbador de um sistema comercial assente numa solidariedade religiosa em que jamais se poderiam integrar. Para cúmulo, animavam o belicismo os sonhos manuelinos de recuperação de Jerusalém, de subjugação do Egito, de destruição da Meca e de império universal, para apenas falar das utopias mais flagrantes. E, por detrás de tudo, uma nobreza que nem se esquecera ainda das suas origens guerreiras e apenas aos poucos se adaptava à mercancia, nem se libertara inteiramente da estrutura clânica da sua classe. Se a isso juntarmos a lógica inelutável de um sistema em boa parte ainda redistributivo, estaremos aptos a compreender a ânsia com que anelavam por novos feitos de guerra com que lustrar o nome de sua linhagem, obter do soberano novas benesses e favores e, com estes, dar-se possível origem a novas casas nobres. É verdade que, se em vez de compararmos o que entretanto se passava no Brasil a este rosto oficial da expansão portuguesa na Ásia, o compararmos aos seus subprodutos, nomeadamente à proliferação de colónias informais de mercadores, quando não de corsários portugueses e outros *bandeirantes do mar*, ao longo das costas do golfo de Bengala, dos mares da Insulíndia e do Extremo Oriente, o contraste é bem menos nítido. De qualquer modo, vista agora a meio milénio de distância, a aventura luso-oriental afigura-se-nos claramente um sonho impossível, no tempo longo sem futuro, uma empresa de antemão condenada ao malogro. Por isso não hesitámos em classificar de miraculoso o enraizamento da cultura portuguesa em Goa, em Damão e em Timor, como a sobrevivência de comunidades crioulas em Ceilão, na Malásia, no Sião ou no Camboja. De uma perspetiva histórica global, são, se não curiosidades fósseis, pelos menos pequenos caprichos da história universal, a demonstrar que não são apenas os grandes espaços, os movimentos seculares e as linhas de força dominantes o que a rege – havendo assim, para nosso bem, um lugar ao sol para os pequenos, um campo de ação para o esforço individual e, sobretudo, um espaço possível para a liberdade humana.

Se, porém, afastarmos de nós a lupa e contemplarmos de longe a Terra em que vivemos, veremos claramente que o futuro de Portugal era o Brasil e que a velha Lusitânia, antes de se tornar no mero subúrbio da Europa que hoje é, era já, para utilizarmos uma metáfora usurpada à linguagem dos correios, a *posta restante*; ou, se preferirmos uma imagem de lagar, o bagaço que restou depois de espremido o Brasil, que, esse sim, era o sumo aproveitável. É por isso que a história dos Portugueses no Oriente é também, estranhamente, pelo menos em certa medida, uma história brasileira. Se isso não bastasse para justificar que se cultivasse no Brasil, restar-nos-ia ao menos a máxima lapidar de Terêncio, exarada por escrito uns 160 anos antes de Cristo: *homo sum et nihil humani a me alienum puto*, «sou homem, e nada do que é humano reputo como me sendo alheio».

No seu estudo, Andrea Doré privilegia como fonte histórica os relatos dos viajantes não portugueses, como Ludovico de Varthema, Casali, Sasseti, Federici, etc. Como todas as metodologias, esta tem vantagens e inconvenientes: a vantagem de topar com informações sobre o quotidiano, que aos escritores portugueses pareciam demasiado óbvias para merecerem registo, e com uma visão exterior, e por conseguinte mais descomprometida, das pessoas e das cousas; mas o inconveniente de uma subjetividade que, pelo menos, se manifesta na seleção dos factos a exarar por escrito.

É daí, sobretudo, que decorrem as observações críticas que podemos tecer à obra. Com respeito às próprias fontes, notaríamos que conviria não esquecer que *Il Milione* de Marco Polo é apenas a tradução trecentista de um original francês redigido na última década da centúria anterior, acessível na edição crítica de Pauthier, pelo que pouco interesse reveste discutir um título que se deve ao tradutor, não ao autor da obra. Com respeito a Varthema e à historicidade do seu relato, tivemos já ocasião de notar, na versão francesa das edições Chandeigne em que colaborámos, que a situação é relativamente simples: o livro compõe-se essencialmente da relação de quatro viagens, de que duas, a viagem do Mediterrâneo à Índia e as andanças no Malabar, tirante ocasionais exageros e pequenas

fantasias, são autênticas, e as outras duas, as viagens ao Irão e à Insulíndia, que regurgitam de incongruências, manifestamente imaginárias; como já no século XVI notaram os nossos cronistas, foram certamente redigidas com base no que o autor ouviu de diversas bocas e não resistiu à tentação de passar para a primeira pessoa do singular. Quanto às cartas recopiadas no *Códice Riccardiano 1910* de Florença, embora citando a sua edição crítica e anotada por Carmen Radulet e pelo modesto autor destas linhas, Andrea Doré esquece a carta mais recente, datada de 1513, e uma breve relação sobre o Preste João em que aflora todo o maravilhoso medieval que a autora crê ausente desse *corpus*. Uma pequena observação ainda sobre o relato de uma viagem a Diu publicado por Ramusio em 1550, mas raramente citado pela nossa historiografia: *comito* em italiano, que significa «cabo da chusma de remadores de uma galé ou navio semelhante», diz-se *comitre* em português.

Como não poderia deixar de suceder numa obra que abarca mais de um século de história, escaparam aqui e além à autora pequenos lapsos ou erros de perspectiva. Quando se fala do empenhamento das repúblicas italianas no comércio do Levante na Baixa Idade Média, há que referir sobretudo Veneza, Génova e Pisa; Florença, que só ganhou acesso ao mar quando se apoderou da última, pairava ainda distante, a não ser como centro bancário, em que os diretos intervenientes na aventura se podiam eventualmente, como em Milão, abastecer de capitais contraindo empréstimos. Tampouco há que designar por antonomásia Veneza por «república dos doges», pois havia também doges em Génova! O ano de 1622, em que se perdeu Ormuz, marca, de facto, um rude golpe nas finanças do Estado Português da Índia, mas está longe de assinalar o seu fim, quanto mais não seja porque os interesses portugueses no golfo Pérsico se transferiram em parte para Mascate. Entre os que nas naus da Carreira da Índia se faziam à vela para o Oriente, havia, de facto, sobretudo militares assoldados pela Coroa, de que alguns não retornavam, casando nas Índias e integrando aí a classe dos *casados*; mas, embora a viagem custasse uma fortuna, havia também passageiros que a pagavam do seu bolso, e é talvez daí que nos advêm os relatos de alguns viajantes que possuímos, o que há que examinar caso a caso.

De qualquer modo, as relações dos viajantes carecem de ser cotejadas com as fontes portuguesas, sob pena de se incorrer em erros crassos. O que Federici diz da redução de direitos alfandegários de que gozavam os casados de Cochim nada tem a ver com a política fiscal do Estado da Índia, que ao tempo não tinha ainda alfândega em Cochim, nem cobrava aí quaisquer taxas, rendas ou direitos: a aduana pertencia ao rei local que, *sponte sua*, para estimular o estabelecimento de tratantes no seu porto, lhes concedia uma redução de 50 % nos direitos a pagar. Como Diogo do Couto narra em pormenor, Goa viu nesse privilégio uma incómoda concorrência à sua alfândega, onde os direitos eram mais elevados, e ao seu trato, e não sossegou enquanto não obteve do rajá do Perumpadapunadu a sua abolição e o estabelecimento de uma aduana portuguesa na cidade; mas tudo o que alcançou foi uma sedição em que mercadores privados, portugueses e nativos, unidos na defesa do comum interesse, juntaram 15 000 homens em pé de guerra, que obrigaram o capitão português a fugir de Cochim de Baixo (o pequeno enclave cedido aos portugueses em 1504) e a refugiar-se em Mattancheri, nos domínios do rajá, após o que o vice-rei teve de arrear caminho e repor o *status quo ante*.

Seja como for, a síntese de Andrea Doré prima pela originalidade da perspectiva em que se situa: a visão do «império» (se assim se pode chamar à rede das posições portuguesas no Índico, incluindo as fortalezas fixas e essa espécie de fortalezas flutuantes que eram os vasos de guerra) como *espaço de reclusão*, tão acanhado como constantemente ameaçado do exterior. Como todas as tentativas de síntese sobre matéria ainda não totalmente analisada, há que reconhecer que envolve uma certa dose de subjetividade; por isso, mais que como um manual de História, há que encarar este livro preferentemente como um grande ensaio, o que naturalmente lhe não diminui os méritos, mas obriga o leitor a

vê-lo numa certa predisposição, a aceitar a subjetividade característica do género, que é o que lhe confere o carácter pioneiro e o interesse. Obriga-o, sobretudo, a ver nele não uma história sistematicamente contada, como num manual escolar, mas antes uma reflexão sobre uma certa faceta da realidade histórica, que conscientemente assume, desde a partida, as suas limitações estruturais.

Não é demais repetir que o *império* não é senão uma das três vertentes da presença portuguesa no Oriente, de que as outras duas, divergentes no espaço geográfico em que se desenrolam, nas causas e na cronologia, nos métodos e nas consequências, são a diáspora informal de aventureiros, mercenários e mercadores privados, e a explosão missionária desencadeada pela chegada dos primeiros jesuítas em 1542.

Há, pois, que ler este livro como aquilo que é: como um ensaio sobre a primeira vertente, que apenas de passagem aflora as outras duas. É como tal que ele assume todo o seu interesse.

LUÍS FILIPE F. R. THOMAZ

(Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de História Religiosa)

Bernardino de ESCALANTE, Juan GONZÁLEZ DE MENDOZA y Fernán Méndez PINTO, *Viajes y crónicas de China en los Siglos de Oro*, edición dirigida por María José Vega; estudio preliminar de Lara Vilà; ediciones y notas de Lara Vilà, Marcela Londoño e Iván Teruel, Córdoba, Editorial Almuzara/Fundación Biblioteca de Literatura Universal, 2009, 1375 pp. ISBN 9788492573066.

Há quase seis décadas, Charles R. Boxer reuniu e analisou em *South China in the Sixteenth Century* três importantes narrativas de autores peninsulares que visitaram o Império Celeste no terceiro quartel de Quinhentos: *Algumas coisas sabidas da China*, também dito *Tratado* de Galiote Pereira, testemunho redigido na sequência de um cativo nas províncias chinesas de Fujian e Guangxi entre 1549 e 1552; o *Tratado em que se contam muito por extenso as coisas da China* do dominicano português frei Gaspar da Cruz (Évora, 1569-1570); e a *Relación verdadera de las cosas del reino de Taibin, por otro nombre China*, escrita pelo agostinho espanhol Martín de Rada após uma viagem das Filipinas ao Fujian, em 1575¹. Nessa colectânea preparada para a Hakluyt Society, Boxer jogou com dois critérios fundamentais. Por um lado, apresentar as três fontes nucleares que haviam sido manipuladas, directa ou indirectamente, pelo também agostinho espanhol Juan González de Mendoza para compor a *Historia de las cosas más notables, ritos y costumbres del gran reino de la China* (Roma, 1585), o primeiro *best-seller* sobre o mundo chinês e um dos mais influentes livros da proto-sinologia europeia dos séculos XVI e XVII. Por outro lado, tomar como referência algumas das primeiras traduções em língua inglesa de textos modernos relativos à China, tal como foi o caso do *Tratado* de Galiote Pereira, editado na *History of Travel* de Richard Willes, em 1577, e do livro de Gaspar da Cruz, que Samuel Purchas veio a integrar, em 1625 e em versão parcial, no livro I do volume III da antologia *Purchas his Pilgrimes*. Vale acrescentar que a *Historia de China* de González de Mendoza conheceu, cerca de um século antes, uma reedição assinada por George Thomas Staunton

¹ Charles R. BOXER, *South China in the Sixteenth Century*, London, Hakluyt Society, 1953.